

PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	REGULAÇÃO DE CONTRATOS DE PARCERIA								
DOCENTE	ANDRE MARTINS BOGOSSIAN (Estágio Docência) e FLORIANO MARQUES (Supervisão)								
CÓDIGO	GRDDIRELE196	SEMESTRE	2022.1	PERÍODO	-	NATUREZA	ELETIVA	CARGA HORÁRIA	30h

EMENTA	Relação dos arranjos jurídicos com a lógica econômica empregada na estruturação, licitação, regulação e extinção de contratos de parceria. Introdução à teoria regulatória e sua aplicação a setores regulados. Project finance e investimento privado em infraestrutura. Equilíbrio econômico-financeiro de contratos de parceria.								
OBJETIVOS	Capacitar o corpo discente a entender a lógica dos arranjos contratuais complexos de contratos de parceria numa visão crítica, atual e interdisciplinar.								
METODOLOGIA	Método de exposição dialogada. A depender da quantidade de alunos, o professor poderá designar alunos específicos para terem participação destacada em cada aula a partir de questões previamente submetidas para discussão. Ao fim da primeira metade do curso, haverá uma aula de dinâmica de grupo em que os alunos irão resolver problemas práticos na regulação de contratos de parceria a partir de um caso gerador.								
HABILIDADES Exigência MEC CNE/CES nº 5, 18 de dezembro de 2018	X	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.							
	X	Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.							
		Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.							
	X	Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.							
	X	Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.							
	X	Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.							
		Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.							
		Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.							
	X	Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.							
		Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.							
		Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.							
		Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.							
	X	Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.							
		Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.							
	Outras:								
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO									
AULA	TEMA								
1	Introdução da turma e do curso								
2	Razões para regular								
3	A relação dos arranjos jurídicos com a lógica econômica de contratos de parceria								
4	Quem e como se estrutura um contrato de parceria								
5	A licitação de um contrato de parceria: alinhando incentivos para obtenção da melhor proposta								
6	Fiscalizando o cumprimento de contratos de parceria: obrigações de desempenho e de investimento								
7	Contratos de parceria e Project finance								
8	Ignorância, incerteza e risco								
9	Dinâmica de grupo: aplicação prática dos critérios teóricos de alocação de riscos								
10	Incompletude e mutabilidade contratual								
11	O que é e para que serve o equilíbrio econômico-financeiro em concessões								

12	Mensurando desequilíbrios econômico-financeiros
13	Compensando desequilíbrios: como evitar que contratos de parceria se tornem irreequilibráveis?
14	Modelos regulatórios e a atualização do contrato em estado de equilíbrio
15	As formas de extinção dos contratos e seus aspectos econômico-financeiros
TRILHA	Advocacia Empresarial
	Carreiras Públicas
	<input checked="" type="checkbox"/> Regulação
	Justiça e Sociedade
	Tecnologias
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	Prova (70%) e participação na exposição e participação na dinâmica de grupo – aula 9 (30%)
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	BALDWIN, Robert, CAVE, Martin e LODGE, Martin. Understanding Regulation. Oxford: OUP, 2012 CONTANI, E. A. do R.; SAVOIA, J. R. F. (eds.). Infraestrutura no Brasil: regulação, financiamento e modelagem Contratual. São Paulo: Atlas, 2017 RIBEIRO, Maurício Portugal. Concessões e PPP. Melhores práticas em licitações e contratos. São Paulo: Editora Atlas, 2011.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	GUASCH, J. Luis. Granting and renegotiating infrastructure concessions: doing it right. Washington: The World Bank, 2004. MARQUES NETO, Floriano de Azevedo; MOREIRA, Egon Bockmann; GUERRA, Sérgio. Dinâmica da Regulação: Estudo de Casos da Jurisprudência Brasileira – A Convivência dos Tribunais e órgãos de Controle com Agências Reguladoras, Autoridade da Concorrência e Livre Iniciativa, 2ª edição, Belo Horizonte, Fórum, 2021 MOREIRA, Egon Bockmann (coord). <i>Contratos administrativos, equilíbrio econômico-financeiro e a taxa interna de retorno</i> . Belo Horizonte: Fórum, 2016. NÓBREGA, Marcos. Direito e economia da Infraestrutura. Belo Horizonte: Fórum, 2020 OLIVEIRA, Gesner (org.). Desafios da Infraestrutura no Brasil. São Paulo: Trevisan editora, 2018